

O PAPEL DA DEVOÇÃO: Representação religiosa em impressos no século XIX

Ingrid Janne Belfort Mendes¹

Introdução

A escravidão constituiu uma forma de exploração que possuía como característica principal a retirada de privilégios, tornando aquele que era escravizado propriedade de quem o escravizou ou comprou.

Iniciada no Mundo Antigo, logo nas primeiras sociedades a escravidão não fazia distinção de cor ou raça, a pessoa tornava-se escravo através das dívidas, guerras, diferenças religiosas. Outro fator é que esses escravos eram bens móveis, poderiam ser vendidos ou trocados a qualquer momento. No caso este mesmo tornar-se-ia livre quando cumprisse ou pagasse a sua dívida, já que a escravidão era de ordem extremamente econômica.

Em África a escravidão começou no século XV e durou até o inicio do século XX, inicialmente o comercio era feito internamente, especialmente no Mediterrâneo Antigo, onde os muçulmanos eram responsáveis pelas rotas do tráfico. Logo nos primeiros anos de 1400 e 1600, uma das áreas mais importantes do tráfico interno partia da fronteira sul do deserto do Saara, passando pelas praias do Mar Vermelho até a Costa Oriental africana. Outra rota ia da Arábia até o Chifre da África, mas especificamente na Abissínia.

Quando os portugueses tomaram Ceuta em 1415, houve a penetração dos europeus no continente africano. Em 1441 iniciou-se a deportação de africanos para Lisboa, marcando o prelúdio da imigração forçada de africanos, ou seja, o tráfico negreiros que duraria até a época moderna. Avalia-se que entre os anos de 1450 até 1500, Portugal exportou entre setecentos e novecentos escravos africanos por ano. A partir desse ponto a rota Transatlântica de escravos tornou-se a mais importante e estudada pela maior parte dos historiadores, pois esta mudou totalmente a relação do tráfico no continente africano, principalmente na área da Costa da Guiné.

Ao analisar o processo histórico de constituição e expansão da escravidão no continente africano, Paul Lovejoy (2002) aponta a configuração de um “modo de produção escravista” especialmente após a chegada dos europeus. Esse processo já havia sido iniciado, no entanto, desde a dominação dos muçulmanos, mas com a chegada européia esta instituição

¹ Graduanda do 7º período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e bolsista de iniciação científica (PIBIC – UEMA). Sob a orientação da Prof. Dr. Tatiana Raquel Reis Silva. E-mail: ingridbelfort27@gmail.com

altera de maneira significativa a organização da vida social da região, sobre o modo de produção escravista podemos destacar que:

Um “modo de produção escravista” existia quando a estrutura social e econômica de uma determinada sociedade incluía um sistema integrado de escravização, tráfico de escravos e utilização interna dos cativos. Os escravos tinham que ser empregados na produção [...] Essa transformação geralmente significativa que os escravos eram utilizados na agricultura e/ou na mineração, mas também podia se referir a sua utilização no transporte como carregadores, capatazes e remadores de canoa. (LOVEJOY, 2002, pág. 40)

A partir da implementação modo de produção escravista aconteceu à mudança das rotas do tráfico, os muçulmanos perdem espaços nesta rota e europeus iniciam a sua jornada no continente africano. Com isso segundo Lovejoy (2002) pode-se identificar quatro grandes áreas de exportações de escravos para o continente americano. A primeira é a da Angola e do Congo que se manteve até o século XIX; a segunda foi a Costa dos escravos ou Golfo do Benim que durou do século XVII até o século XIX; a terceira área é a Cosa do Ouro que vai do século XVIII até 1800 e a quarta a Baía do Biafra, que se iniciou no ano de 1700 e durou cerca de um século. Com isto estabeleceu-se o tráfico que durou por cerca de quatro séculos e retirou milhões de africanos de suas terras, uma importante mudança para as sociedades em que estes africanos escravizados foram levados.

No Brasil, os comerciantes portugueses começaram a trazer o africano escravizado a partir do século XVI. Com o inicio da plantação de açúcar, estes sujeitos foram retirados de portos que ficavam nas principais rotas apresentadas acima. Transportados em navios negreiros com as piores condições possíveis, aqueles que sobreviviam tinham que enfrentar condições subumanas de trabalho e sobrevivência já que estes eram vistos como mercadorias. A escravidão no Brasil teve fim somente em 1888, mas até ela se encerrar inúmeras questões influenciou a nossa sociedade. Alguns desses fatos serão apresentados nesse artigo e discutidos neste artigo.

Religiosidade em África e no Brasil

Na África o Islã esteve extremamente ligado a escravidão, pois com a sua instauração houve uma mudança significativa da escravidão interna no continente africano. De inicio os muçulmanos não faziam distinção de cor, todos aqueles que não eram convertidos ao islamismo tornar-se-iam escravos e uma das obrigações dos donos destes escravos eram da instrução religiosa. No Islã a escravidão era feita a partir das necessidades econômicas,

militares e domésticas. Com o passar dos anos este fenômeno passou a ser específico do africano negro.

Segundo Paul Lovejoy (2002), no Islã as mulheres, crianças e eunucos eram os mais importantes e que detinham um valor maior. Em relação às mulheres, estas se tornavam domésticas e as mais belas eram colocadas em haréns. As crianças eram direcionadas desde cedo para as suas funções de escravas quando crescesse, já que a condição de escravo era herdada e também estavam sujeitas a venda. Os eunucos eram extremamente valiosos, pois exerciam diversas atividades desde cuidar do campo até atividades domésticas comerciais entre outras, em questão de valores, estes poderiam custar até duas vezes mais do que os escravos normais. Já os homens desenvolviam todo tipo de atividade, mais pesadas e subumanas.

Antes dos europeus efetivarem a escravização em África os muçulmanos serviram como transportadores, pois segundo J.E.Harris (2010) já existiam africanos negros no continente europeu, antes de irem para as Américas. Depois que os europeus iniciaram a sua excussão no continente africano os muçulmanos perderam de vez o mercado do tráfico e do comércio marítimo.

Para os europeus escravizarem os africanos estes se utilizaram da explicação religiosa para sua efetivação, com isso segundo J.E.Harris (2010), os papas Nicolau V e Calisto III fizeram bulas papais em 1415 e 1456, legitimando a jornada portuguesa no continente africano a partir da cristianização, pois estes afirmavam que os africanos eram pagãos². Neste momento, emerge a explicação do paradigma cristão que afirmava que a diferença entre europeus e africanos era que estes haviam sido vítimas de uma maldição por ser descendente de Cam, Deus os condenou à servidão eterna, só assim poderiam garantir a salvação. Com isso era dever do europeu catequizar e introduzir esse escravo a serventia.

No Brasil não foi diferente, na chegada do escravo africano nos portos do Rio de Janeiro e da Bahia, este era obrigado a ser batizado nos rituais católicos; seu nome de origem era substituído por um nome cristão nas pias batismais, junto com a procedência – do porto ou nação - de onde ele era retirado, ou com o nome e sobrenome do seu proprietário. Esse método é chamado de procedência, e essas procedências segundo Marize Soares de Carvalho vão desde os nomes de ilhas, portos de embarque vilas e reinos a pequenos grupos étnicos (SOARES, 2000 p.109).

² Deve-se segundo M'Bokolo (2002) lembrar que além da presença do islamismo, catolicismo e do judaísmo em África, havia em algumas sociedades africanas a prática do politeísmo e várias religiões, práticas estas que vieram com os africanos para o Brasil e que acabaram misturando-se com a religião católica.

Desde sua colonização o Brasil é um país de fortes traços católicos, durante o período colonial e imperial a igreja católica foi extremamente importante tanto no aspecto religioso, político e social do país. Neste contexto, foram criadas as irmandades ou confrarias religiosas que se dedicavam ao culto a um santo que se tornava o padroeiro daquela comunidade. Muitas destas irmandades religiosas conseguiram construir sua própria igreja ou dividia altar com outra irmandade, o maior compromisso que esta instituição detinha era de oferecer a pessoa que se congregava a ela um funeral honrado e benefícios espirituais e materiais. Estas davam extrema importância para as categorias raciais e sociais, logo os negros libertos ou escravos não poderiam fazer parte de uma irmandade de brancos.

Por causa desta extrema importância que dava a estas categorias raciais e sociais no Brasil da época imperial, era praticamente proibida à entrada de negros nas igrejas, quando os negros conseguiam entrar na igreja tinham que ficar em lugares específicos onde não houvesse nenhum tipo de contato com os brancos. Estes preceitos limitavam muito a freqüência desses escravos nas igrejas e abria espaços para as manifestações religiosas próprias do continente africano, e que com o tempo passaram-se a misturar com o catolicismo.

Assim passaram a ser criadas irmandades para os mais pobres e para os negros que adotaram como padroeira a Nossa Senhora do Rosário³, através destas irmandades muitos escravos e forros passaram a ter algum tipo de status social. Essas ofereciam proteção contra a escravidão rigorosa para alguns destes, havia também a arrecadação de dinheiro para fazer a compra da alforria daquele escravo congregado. Todos os anos, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário organizavam festividades para a santa. Nessas festas, havia procissões, quermesses, badaladas de sinos, decoração das ruas e igrejas. Para os negros ainda escravos, as festividades era um dia de interrupção da sua servidão, permitindo o alívio de seu sofrimento do cativeiro. Os escravos e alforriados aproveitavam para expressar sua cultura, promovendo batuques e danças de tradição africana.

No livro da Mariza de Soares “Devotos da Cor”, a autora faz a análise e estudos das irmandades de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro, mostrando como os escravos construíam a sua identidade, no Brasil durante o século XVIII. No livro ela se dedica a estudar um grupo de 200 pessoas que vieram do reino de Maki, e antes de entrar no estudo especificadamente das irmandades a autora faz uma análise historiográfica do inicio da escravidão em África, explicando a decorrência da perca da identidade e como as irmandades

³ Por causa da grande quantidade de negros existentes no Brasil a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi uma das irmandades com maior número de instituições durante o século XVIII e XIX.

religiosas negras serviram de ajuda detiveram uma grande importância no resgate da cultura e tradição africana no Brasil.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos – São Luís

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos era formada praticamente apenas por negros, a sede da igreja em São Luís encontra-se no mesmo local onde foi construída pelos padres barbadinhos franceses em 1612. A mais antiga edificação religiosa de São Luís, após a expulsão dos franceses, o local foi ocupado por frades carmelitas que permaneceram por cerca de uma década, sendo assim conhecido atualmente como “Carmo Velha”.

No inicio do século XVIII, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário objetivava encontrar um terreno para fundar uma igreja em homenagem a virgem. Depois deste tempo, em maio de 1717 o local foi cedido para a construção da igreja de Nossa Senhora que demorou exatamente sessenta anos para ser construída. De acordo com fontes a instituição teve como rei durante esse período um negro por nome de João Luís da Fonseca. O espaço foi vistoriada no ano de 1772 e benzida no ano de 1776, ocasião esta que também foi transferida a imagem da Virgem do Rosário para a igreja. Assim como outras irmandades a de Nossa Senhora tentava cumprir para com os seus congregados, os compromissos assumidos como o de garantir um funeral honroso, fazer orações aos negros vivos e mortos também para garantir a sua passagem para a outra vida até a sua chegada ao paraíso.

Uma forma para encontrar informações sobre essa igreja foi à utilização dos impressos eclesiásticos do século XIX, esses materiais se dedicavam aos assuntos de interesses da Igreja Católica, alguns possuíam caráter político. Esses jornais eram de pequenos portes e não possuíam uma circulação frequente, geralmente era um padre ou um bispo responsável pela escrita. Exemplo disso é o jornal *“O Paiz: jornal catholico, literário, commercial e noticioso”* do ano de 1845, incilamente era um impresso de cunho essencialmente católico, mas depois de algum tempo passou a abordar temas em relação à política.

O jornal era dividido por sessões, na primeira parte se encontrava um texto feito pelo bispo que abordava os mais diversos assuntos. Em seguida havia várias sessões, sobre óbitos, missas a serem realizados, surtos de doenças, naus que estavam chegando ou partindo, alguns recados direcionados, festejos de igrejas, batismos, procissões, locais de rezas e também várias notícias da Europa, casamentos que eram realizados em São Luís ou na Europa, notícias de acidentes nos dois locais também e sempre vinha com algum fato que fosse de interesse na época. Na segunda parte vinha à sessão de vendas onde se mostrava vários

produtos disponíveis para compra como xaropes, lojas de roupas, casas para serem vendidas entre outras coisas.

Conclusão

A partir da utilização desses impressos buscou-se trabalhar a história da escravidão e resistência no Maranhão, enfatizando primeiramente como se iniciou a escravidão em África, apresentando as primeiras rotas do tráfico interno em África, depois o inicio do tráfico Transatlântico para as Américas, a como a religião influenciou nessa vinda do africano para o Brasil. Até chegarmos ao ponto do papel da Irmandade que foi de extrema importância na vida desse escravo no Brasil, pois esta garantia e assegurava alguns direitos desse escravo, talvez se possa até supor que a Irmandade de negros tenha sido a primeira de resistência concretizada e legalmente amparada na sociedade brasileira imperial.

No Maranhão havia várias formas de resistências que o escravo podia adotar a maior escolha era a fuga para os quilombos, mas pode-se afirmar que para o escravo urbano a congregação na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Luís, lhe dava a legitimidade política para iniciar a sua resistência contra as péssimas condições que este escravo passava em sua vida de servidão, as irmandades do Rosário espalhados no país possuíam um papel social fundamental para a que garantisse a mudança na vida deste escravo.

Assim se pode concluir que a devoção existente no Brasil no século XIX, serviu como ferramenta importante na luta contra a escravidão em todo o país, pois era a partir dela que o escravo apresentava de forma mais sucinta como era a sua resistência, pois mesmo aqueles que aderiram à religião católica, acabaram incorporando entidades religiosas do continente africano, e alguns rituais nas suas manifestações religiosas no país.

Referências

Fonte primária

O PAIZ, de janeiro a dezembro de 1845.

Fonte secundária

HARRIS, J.E. A diáspora africana no Antigo e Novo Mundo. In. OGOT, Bethwell Allan (editor). **História Geral da África: África do século XVI, ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. África negra: histórias e civilizações. Salvador: EDUFBA: São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

SOARES, Marize de Carvalho. **Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.